



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

TERMO DE COOPERAÇÃO

O **TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**, sediado no Setor de Administração Federal Sul, Quadra 7, Lotes 1/2, Brasília-DF, CNPJ nº 00.509.018/0001-13, neste ato representado pelo seu **PRESIDENTE**, Ministro **LUIZ EDSON FACHIN** (doravante denominado “TSE”); e

O **MOVIMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO ELEITORAL**, sediado na SAS, Quadra 05, lote 02, Bloco N, Ed. OAB – 1º andar, CEP: 70070-913, Brasília – DF, CNPJ nº 08.939.284/0001-98, neste ato representado pelo Diretor **MELILLO DINIS DO NASCIMENTO**, CPF [REDACTED]; e pelo Diretor **LUCIANO CAPARROZ PEREIRA DOS SANTOS**, CPF [REDACTED], (doravante denominado MCCE);

CONSIDERANDO que a produção e a difusão de informações falsas e fraudulentas podem representar risco a bens e valores essenciais à sociedade, como a democracia, bem como afetar de forma negativa a legitimidade e a credibilidade do processo eleitoral e a capacidade das eleitoras e dos eleitores de exercerem o seu direito de voto de forma consciente e informada;

CONSIDERANDO que o Tribunal Superior Eleitoral instituiu, por meio da Portaria TSE nº 510/2021, o Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação no âmbito da Justiça Eleitoral (“Programa de Enfrentamento à Desinformação”), com a finalidade de combater, de modo ininterrupto, a desinformação relacionada à Justiça Eleitoral, ao sistema eletrônico de votação e ao processo eleitoral em suas diferentes fases;

CONSIDERANDO que o Tribunal Superior instituiu, por meio da Portaria TSE nº 282, de 22 de março de 2022, o Programa de Fortalecimento da Imagem da Justiça Eleitoral – PROFI, cujo objetivo é estimular a confiança social acerca da idoneidade do processo eleitoral brasileiro, assim como a percepção em torno da imparcialidade, do profissionalismo e da fundamentalidade da Justiça Eleitoral;

CONSIDERANDO a importância da união de esforços entre Justiça Eleitoral e entidades da sociedade civil para a garantia de um ambiente informacional saudável e transparente, no qual seja desestimulada a criação e a disseminação de notícias falsas e de discursos de ódio;

CONSIDERANDO que o MCCE aderiu formalmente aos programas institucionais do TSE e deseja contribuir com ações específicas voltadas a mitigar os efeitos negativos da desinformação, assim como estimular o incremento da confiança social na lisura das eleições e nas instituições eleitorais;

RESOLVEM celebrar o presente TERMO DE COOPERAÇÃO (“Termo”), de acordo com o disposto a seguir:



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO

1. O presente Termo de Cooperação tem por objeto o estabelecimento de ações de cooperação entre as instituições partícipes, por meio da definição de ações, medidas e projetos desenvolvidos conjuntamente para o enfrentamento da desinformação no Processo Eleitoral e para o fortalecimento da confiança nas instituições eleitorais, em especial mas não apenas no contexto das Eleições 2022.

2. As partes declaram a intenção de, com os seguintes esforços, sem prejuízo de outras ações que possam vir a ser propostas e debatidas no âmbito dessa cooperação:

2.1. Realizar atividades voltadas à conscientização à respeito da ilegalidade e da nocividade das práticas de desinformação, nos termos da lei.

2.2. Privilegiar, na organização de eventos científicos e publicações acadêmicas, assim como na concessão de entrevistas e na publicação de artigos de opinião em veículos da imprensa, o desenvolvimento dos seguintes temas, direta ou indiretamente relacionados com a valorização da institucionalidade democrática:

1. a integridade das eleições brasileiras;
2. a imprescindibilidade do patrimônio democrático;
3. o papel da Justiça Eleitoral como instituição garantidora da democracia;
4. a fundamentalidade da Justiça Eleitoral brasileira;
5. a tolerância política e a legitimação do pensamento divergente como aspectos indispensáveis à preservação da paz social.

2.3. Difundir, interna e externamente, por intermédio de seus múltiplos canais e membros, conteúdos oficiais produzidos pelo TSE, com informações adequadas sobre o processo eleitoral de 2022, incluindo serviços úteis ao eleitor.

2.4. Produzir e difundir conteúdo voltado à promoção das temáticas relacionadas nos itens 2.1 e 2.2.

2.5. Conforme possibilidade e conveniência, fomentar e participar de ações de capacitação e treinamentos oferecidos pelos partícipes do Programa de Enfrentamento à Desinformação, a respeito da desinformação e temas correlatos.

2.6. Auxiliar na defesa da integridade do processo eleitoral e da confiabilidade do sistema eletrônico de votação, inclusive mediante a emissão de notas e declarações públicas, além da apresentação de apontamentos envolvendo conteúdo com desinformação antidemocrática.



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

2.7. Dar publicidade, nos termos da lei, à celebração desta cooperação.

CLÁUSULA SEGUNDA VIGÊNCIA

1. O presente Termo terá vigência a partir da data de sua assinatura e vigorará enquanto perdurarem o Programa de Enfrentamento à Desinformação no âmbito da Justiça Eleitoral e o Programa de Fortalecimento Institucional a partir da Gestão da Imagem da Justiça Eleitoral, sem prejuízo à possibilidade de rescisão unilateral a qualquer tempo, mediante envio de notificação por escrito ao outro partícipe.

CLÁUSULA TERCEIRA OBRIGAÇÕES DAS PARTES

1. Os partícipes concordam em oferecer, em regime de colaboração mútua, os meios disponíveis para a execução das iniciativas descritas neste Termo de Cooperação, ressalvado o disposto na Cláusula Quarta.

2 As iniciativas descritas neste Termo serão realizadas de forma voluntária e gratuita, não implicando qualquer responsabilização aos partícipes, no que se refere à execução do acordo.

CLÁUSULA QUARTA RECURSOS FINANCEIROS

1. O presente Termo é celebrado a título gratuito, não implicando compromissos financeiros ou transferências de recursos entre os pactuantes.

CLÁUSULA QUINTA DISPOSIÇÕES GERAIS

1. O extrato deste Termo será publicado, pelo TSE, no Diário Oficial da União e a íntegra do documento será publicada no portal do Tribunal na internet, ficando disponível a todos os interessados.

2. O presente Termo poderá ser modificado no todo ou em parte – desde que a alteração não desnature o objeto –, devendo para isso ser celebrado aditivo, que para todos os fins legais será considerado parte integrante deste acordo.

3. Todos os avisos e as notificações relacionados com este Termo deverão ser feitos por escrito, por meio dos endereços eletrônicos comunicados pelas Partes.



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

4. As situações não previstas neste Termo serão solucionadas de comum acordo entre as Partes, cujo direcionamento deve visar à execução integral do objeto.

Brasília, 19 de julho de 2022.

LUIZ EDSON FACHIN
Presidente do TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

MELILLO DINIS DO NASCIMENTO
Diretor do MCCE

LUCIANO CAPARROZ PEREIRA DOS SANTOS
Diretor do MCCE